

Cidades

Editores: Adriana Villar, Claudio Liza Junior, Jorge Massarolo e Ricardo Alécio | Chefe de reportagem: Guilherme Busch

Sugestões de pautas, críticas e elogios:
cidades@rac.com.br ou
pelos telefones 3772-8116 e 3772-8162

Atendimento ao assinante:
3736-3200 ou pelo
e-mail saa@rac.com.br

OS SETE PREFEITURÁVEIS



ARLEI MEDEIROS (PSOL)

Sanitarista ambiental, tem 44 anos. Natural de Álvares Machado (SP). Já foi do PT e atualmente é presidente do PSOL em Campinas. A migração partidária ocorreu após discordar das políticas petistas. Essa é sua primeira disputa ao cargo de prefeito da cidade. Já se candidatou a deputado estadual e a vereador, mas não chegou a ser eleito.

Vice: Fernanda Lisboa (PSOL)



JONAS DONIZETTE (PSB)

É radialista, 44 anos. Foi vereador, deputado estadual e atualmente está no cargo de deputado federal. É casado. Nasceu na cidade de Monte Belo (MG). Antes de se filiar ao PSB tinha como partido o PSDB. Tenta se eleger prefeito de Campinas pela terceira vez.

Vice: Paulo Moreira Rodrigues da Silva



JOSÉ F. CAMPOS FILHO (PRTB)

É procurador da Prefeitura e tem 48 anos. É natural de Santos. Antes de se filiar ao PRTB, integrou PT e PCdoB. Sua única disputa eleitoral foi em Cubatão, quando tentou se eleger vereador. Foi candidato ao cargo de prefeito na eleição indireta. Reside em Campinas há 16 anos.

Vice: Marcos Antonio Gonçalves



MARCIO POCHMANN (PT)

É economista, 50 anos. Nasceu na cidade de Venâncio Aires (RS). É professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Antes, ocupava o cargo de presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. É filiado ao PT e participa de sua primeira disputa eleitoral.

Vice: Adriana Flosi (PSD)



PEDRO SERAFIM (PDT)

É médico ginecologista e obstetra de 49 anos. Foi vereador por quatro mandatos na Câmara. No ano passado, se elegeu presidente do Legislativo para 2011/2012. Atualmente é o prefeito. Assumiu depois da cassação de Hélio de Oliveira Santos (PDT) e do vice, Demétrio Vilagra (PT). É natural de Campinas.

Vice: Dário Saadi (PMDB)



ROGÉRIO MENEZES (PV)

Oceanógrafo, professor já foi secretário adjunto de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos. Sua única filiação foi no PV onde está há 16 anos. Trabalhou em diversas administrações públicas, inclusive, no governo do Estado de São Paulo. Tenta pela primeira vez se eleger prefeito de Campinas.

Vice: Gustavo Merlo (PV)



SÍLVIA FERRARO (PSTU)

É professora, 43 anos. Formada em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), começou sua militância na adolescência quando frequentava a Igreja Católica. Iniciou sua participação em movimentos sociais por meio das Comunidades Eclesiais de Base.

Vice: Marcos Margarido (PSTU)

ELEIÇÕES III PROPOSTAS

Governando a 'cidade dos sonhos'

Além de Saúde e Educação, candidatos elegem combate à corrupção como meta para futuro governo

ELEIÇÕES 2012



Milene Moreto
DA AGÊNCIA ANHANGUERA
milene@rac.com.br

Construção de postos de saúde, vagas em creches, manutenção de próprios públicos e avanços no desenvolvimento de Campinas. Os programas de governo entregues pelos sete candidatos a prefeito à Justiça Eleitoral criam uma cidade dos sonhos para todos os campineiros e com um bônus: ser o único Município do Brasil livre de corrupção. Os prefeituráveis garantem, com suas ideias de gestão, que medidas de transparência serão capazes de sufocar qualquer tentativa de desvio de dinheiro público e de irregularidades na Administração.

Crise política que atingiu a cidade é o principal motivo

Apesar do otimismo em livrar Campinas dos corruptos, especialistas em ciências políticas consideram que, pelo modelo de democracia adotado no País, é praticamente impossível consolidar um governo ímune a irregularidades, mesmo que dados e informações públicas passem a ser divulgadas. Sem desvio de dinheiro, haveria recursos para criar a cidade modelo proposta pelos prefeituráveis, uma vez que o Orçamento do Município hoje é de cerca de R\$ 3 bilhões.

A cidade de Campinas viveu no ano passado o seu maior es-

Esquema levou à cassação de dois prefeitos em 2011

O esquema de corrupção na Prefeitura de Campinas desmontado pelo Gaeco no ano passado ocorreria nos bastidores. Na maioria das licitações — geralmente divulgadas pelo Executivo — não havia indícios de direcionamento ou fraude. A comprovação das irregularidades pela Promotoria foi feita por meio de escutas telefônicas, depoimentos e por uma delação premiada do ex-presidente da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (Sanasa) Luiz Augusto Castrillon de Aquino. Os promotores identificaram uma série de

empresas que mantinham contratos com a empresa pública campineira mediante pagamento de propina. Os empresários negociavam valores pagos diretamente a ex-dirigentes da empresa para que as concorrências fosse direcionadas. O pagamento era feito em dinheiro e dividido entre os diretores e a ex-primeira-dama, Rosely Nassim Jorge Santos. Para contratos de obras e prestação de serviços, os dirigentes públicos campineiros do governo Hélio recebiam entre 5% e 15% dos valores dos contratos em propina para viabilizar o direcionamento

das licitações. O ato ilícito pode ter sido firmado com ou sem combinação entre as empresas. Ao prestar depoimento no Ministério Público (MP), antes do caso vir à tona, o então secretário de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública, Carlos Henrique Pinto, que também atuou na Pasta de Assuntos Jurídicos, assegurava que auditorias internas não demonstravam qualquer tipo de fraude nos processos formais. Na época, Henrique Pinto disse que se havia corrupção, ela era feita entre as empresas, e não na Administração. O

ex-secretário chegou a ser preso na operação do Gaeco, assim como o vice-prefeito, Demétrio Vilagra (PT) e outros integrantes do governo. Atualmente é o juiz da 3ª Vara Criminal de Campinas, Nelson Augusto Bernardes, julga o processo. As testemunhas de acusação já foram ouvidas. A próxima etapa é colher os depoimentos de defesa. Ao todo, 21 pessoas foram responsabilizadas pelo esquema de corrupção, fraude em licitação e formação de quadrilha dentro da Prefeitura de Campinas. (MM/AA)

Principal rival de Jonas, Serafim usa no início do seu programa de governo palavras parecidas: "Vivemos tempos sombrios. Tantos desmandos, tantos descabidos, tanta aflição. Tempos de absoluta desolação. Políticas equivocadas, governos incompetentes, corrupção, descaço, oportunismo e toda sorte de mazelas que afligiram a cidade e nosso povo."

O petista Márcio Pochmann diz que a recuperação da política vai tirar Campinas da crise: "Por isso, mais do que nunca é preciso recuperar a política como forma de instrumento de transformação da sociedade, tão fortemente abalada pelo descaço e pela captura da esfera pública por interesses particulares". Pochmann quer passar a transmitir os pregress e concorrências ao vivo na internet para evitar fraudes.

O candidato Rogério Menezes (PV) elenca quatro ações direcionadas à transparência e sete para medidas de combate à corrupção e acesso a informação. No programa de governo do candidato do PV, a ideia é investir em tecnologia como forma de combater fraudes.

Sílvia Ferraro (PSTU) tem como lema políticas voltadas para classes menos favorecidas. "Chega da cidade para os ricos e corruptos. Campinas para os trabalhadores", diz nas seis linhas de sua proposta.

O candidato Arlei Medeiros (PSOL) coloca como meta adotar o regime de licitações com fiscalização pública e prestação de contas abertas, com exposição dos gastos. Arlei também promete que promoverá auditorias em contratos da gestão de Hélio.

7
CANDIDATOS

Disputam a eleição que vai escolher o próximo prefeito de Campinas em outubro.

17,1
MIL

Reais por mês é o salário que o prefeito de Campinas recebe por mês.

784
MIL

Eleitores estão aptos a votar para prefeito nas eleições de outubro em Campinas.

3
BILHÕES

De reais é o valor do Orçamento anual de Campinas para 2012.

cândalo de corrupção. O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) identificou um núcleo dentro do poder público que operava um esquema de fraudes em licitações e corrupção supostamente sob o comando a ex-primeira-dama, Rosely Nassim Jorge Santos. No âmbito formal, não existiam irregularidades. As fraudes ocorriam nos bastidores.

Apesar de, na prática, as medidas de transparência não apresentarem a garantia de que o dinheiro público não será desviado nos próximos quatro anos, os sete prefeituráveis acreditam na divulgação das informações como forma de zerar a corrupção. O s candidatos prometem que vão conseguir cercar a Administração, com 16 mil servidores ativos, e "não deixar espaço para a corrup-

ção", conforme diz o candidato Jonas Donizette, do PSB, nas suas propostas.

O prefeito-tampão de Campinas, Pedro Serafim (PDT), afirma que seu governo terá foco na integridade. Com ela, o pedetista diz que "os valores pessoais dos que atuam na administração pública vão refletir nas práticas e processos do cotidiano". Na carta de apresentação, Jonas coloca que a crise na

gestão do prefeito cassado Hélio de Oliveira Santos (PDT) "foi um processo traumático, humilhante e doloroso."

O candidato afirma que a população enfrentou grande revolta, vergonha e indignação. "E se há alguma lição a tirar desse episódio é que não há maneira de governar Campinas que não seja com lisura, transparência e honestidade." **Rivais**

Especialista diz que meta é utópica

Para Roberto Romano, prefeitos não têm como prometer zerar a corrupção

"Se o candidato promete ampliar vagas em unidades de Saúde precisa colocar que terá a garantia dos recursos."

ROBERTO ROMANO
Professor de ética na Unicamp

A promessa dos candidatos de promover um governo sem corrupção, segundo Roberto Romano, professor de ética da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), não passa de "demagogia". Na prática, para ele, não existe imunidade contra atos corruptos em nenhum lugar do Brasil. Isso devido a diversos fatores, como a centralização dos recursos e a falta de regulamentação do lobby, por exemplo. Para cumprir tudo o

que prometeu para a população, segundo Romano, o político "se corrompe".

Outro agravante, de acordo com ele, é que as promessas que hoje integram os programas de governo não possuem qualquer tipo de controle ou cobrança, seja na esfera do poder judiciário, legislativo ou até mesmo por uma fiscalização da população. Portanto, o político não é cobrado por aquilo que promete na campanha e

nem pelo que coloca no seu planejamento para Campinas.

Seria preciso uma ação do Ministério Público Eleitoral, que é o representante do povo, para cobrar do prefeito eleito suas promessas que foram colocadas no papel e entregue à Justiça. Isso no âmbito do Judiciário. Mas a população também precisaria cobrar, assim como a imprensa e, sobretudo, os vereadores. Cabe principalmente ao poder Legislativo

acompanhar as ações de sua Administração. Mas na prática, conflitos de interesses atrapalham essa relação. Isso foi o que aconteceu em Campinas. A Prefeitura ficou anos assolada em um esquema de corrupção, mas os vereadores não tomaram nenhuma atitude."

Para Romano, o juiz eleitoral poderia apenas identificar nesses programas de governo o que é ou não constitucional. (MM/AA)

"Prometer se livrar da corrupção demonstra desrespeito com o eleitor. Não existe como controlar atos ilícitos."

ROBERTO ROMANO
Professor de ética na Unicamp